



# NEP-MA

## **O que são instituições políticas?**

### Introdução

O objetivo desse artigo é analisar como o conceito de instituições foi construído dentro da Ciência Política no interior de duas vertentes do neo-institucionalismo, a saber, o institucionalismo histórico e o institucionalismo da escolha racional.

Ambas as vertentes apresentam características em comum, pois tanto o institucionalismo histórico quanto a escolha racional reconhecem o papel das instituições como atores fundamentais para as análises no campo da Ciência Política, condicionando e constringendo as escolhas e preferências dos atores políticos.

Por outro lado, a construção do conceito de instituição nos paradigmas selecionados ocorreu de forma diferenciada (ANDREWS, 2005), configurando agendas de pesquisa baseadas em abordagens distintas sobre a atuação dos atores políticos.

A importância da temática proposta por esse artigo é justificada pela hegemonia do pensamento neo-institucional na Ciência Política. Peres (2008:2) afirma que “é em torno desse paradigma que se movimenta e se organiza a comunidade desse campo científico, fazendo avançar o conhecimento acerca dos fenômenos políticos no interior de seu próprio sistema cosmológico”, onde, fundamentalmente, “as instituições importam

decisivamente na produção dos resultados políticos” e os principais atores da vida coletiva são as organizações formais e as instituições (March e Olsen 2008).

Esse texto está dividido em três partes. Na primeira, mostramos o surgimento do paradigma neo-institucional dentro da Ciência Política, apontando as rupturas que empreendeu e a centralidade do conceito de instituição para o mesmo.

Na segunda parte mostramos como o institucionalismo da escolha racional surgiu para responder aos dilemas da ação coletiva e como o conceito de instituição foi apropriado pelo pressuposto da racionalidade para entender as coerções impostas aos atores políticos nas estratégias de maximização de seus interesses.

Na terceira parte indicamos como o conceito de instituições foi construído e abordado pelo institucionalismo histórico, rompendo com o racionalismo instrumental e dando lugar a uma visão na qual as ideias, identidades, metas e capacidades dos atores estão vinculadas às instituições. Dessa forma, estaremos apontando semelhanças e particularidades entre as vertentes e enfatizando as distintas propostas de análise que geram.

Finalizamos o artigo com alguns exemplos de utilização do conceito em importantes pesquisas empíricas na área de Ciência Política.

O Desenvolvimento do Neo-institucionalismo na Ciência Política

Para a compreensão do conceito de instituição dentro do institucionalismo histórico e da escolha racional faz-se necessário, em primeiro lugar, compreender como esses paradigmas surgiram como teorias dentro da Ciência Política, questionando e rompendo com outras propostas de análise.

Peres (2008) afirma que a abordagem neo-institucionalista começou a surgir nos anos 60 e 70 como crítica e reação às vertentes comportamentalista e estrutural-funcionalista que predominaram na Ciência Política americana e nas análises de política comparada durante as décadas de 50 e 60. Mas, ao mesmo tempo, representou a retomada de algumas premissas fundamentais do que se convencionou chamar de antigo institucionalismo, paradigma predominante na Ciência Política até a década de 40.

De fato, o foco nas instituições políticas não é novo. Rothstein (1998) mostra que desde Platão e Aristóteles o tema já fora objeto de reflexão, quando despontavam preocupações sobre que tipo de instituições políticas produz o melhor tipo de sociedade e indivíduo. Desde então, um viés normativo já predominava.

Já na modernidade, com Maquiavel, Locke, Rousseau, Hobbes e os Federalistas, prevalece um novo direcionamento sobre o papel do Estado - ele "converte-se numa obra política" (RUBY, 1998) - e inicia-se um longo processo de sistematização do pensamento institucional. De acordo com os neo-institucionalistas Immergut e Anderson (2007:4):

Classical thinkers, such as Hobbes and Rousseau argued that the functions of the state could be fulfilled only if executive power were concentrated. In contrast, liberals such as Locke and Montesquieu argued that executive power should be divided, and hence, controlled. These arguments are the

basis for contemporary scholarship about which system of government results in the “best” governance and political stability.

Com as pesquisas de Tocqueville (LIPSET, 1967) realizadas na América o debate ganha ainda maior importância. Sua análise das associações voluntárias e do autogoverno locais apontam o papel das instituições políticas para estabilidade do regime democrático, afirmando o papel predominante das instituições na construção dos regimes políticos.

Weber (1978) teve o grande mérito de definir Estado e organização política, enfatizando a lógica de sua legitimidade e criando as bases sobre as quais se construiria a Ciência Política no século XX.

Dessa forma, quando, mais tarde, a Ciência Política começou a emergir como campo acadêmico, esses autores foram retomados, assim como a centralidade que propunham sobre a questão institucional e à submissão do indivíduo as mesmas.

Peres (2008) enfatiza, contudo, o caráter formalista e normativo desse antigo institucionalismo, que se preocupava mais em estabelecer modelos prescritivos sobre o que deveria ser a política, do que se concentrar em dados empíricos reais sobre os atores políticos.

Thelen e Steinmo (1992:3) mostram que esses estudos se resumiam a análises detalhadas sobre as diferenças entre as estruturas administrativa, legal e política das instituições. Segundo os autores: “This approach did not

encourage the development of intermediate level-categories and concepts that would facilitate truly comparative research and advanced explanatory theory”.

O período do pós-guerra, assim, representou o fim desse paradigma na Ciência Política, pois ele não dava conta de explicar fenômenos políticos típicos do século XX, como o fascismo, o socialismo, a crise do liberalismo e o surgimento das massas como atores sociais. As categorias dos séculos passados não davam conta do presente.

O questionamento do institucionalismo também representou o início de uma era de predomínio de novos paradigmas, como comportamentalismo e o funcional-estruturalismo, para os quais as instituições políticas formais passaram a ter um papel muito pequeno, ou ainda nenhum.

A revolução comportamentalista e estruturalista na Ciência Política representaram, como mostramos anteriormente, uma crítica ao paradigma institucionalista clássico e, em segundo, uma proposta de análise mais empiricamente orientada e de técnicas mais apuradas para a pesquisa política, ou seja, uma maior exigência de cientificidade, que coincidia com a própria necessidade da Ciência Política de se legitimar, utilizando categorias científicas.

Sartori (1981) afirma que é a partir da revolução comportamentalista que nasce a Ciência Política no sentido estrito. Para o autor, o que existia anteriormente era uma disciplina pré-científica. Apenas depois da Segunda Guerra, com o behaviorismo, é que ocorre a efetiva aplicação do método

científico na Ciência Política e todas as afirmativas passam a estar subordinadas à verificação empírica.

O neo-institucionalismo surge, mais tarde, de críticas feitas a essas correntes. Um das críticas feitas mais contundentes foi feita Skocpol (1992) e diz respeito ao papel que cabia ao Estado dentro da perspectiva estrutural-funcionalista. Segundo Skocpol (1992:16) o Estado, “(...) was considered to be an old-fashioned concept, associated with dry and dusty legal-formalist studies of nationally particular constitutional principals.” A autora acrescenta que categoria de governo também não era levada a sério dentro do estrutural-funcionalismo, já que não era tomado como um ator independente.

Peres (2008) mostra que também há uma crítica ao comportamentalismo que dizia respeito à sua insuficiência analítica e suas dificuldades empíricas para explicar os fenômenos eminentemente políticos. De forma geral, os adeptos do comportamentalismo afirmavam que a soma das preferências individuais seria capaz de explicar o comportamento coletivo. Desde Durkheim (2003), contudo, as Ciências Sociais já havia mostrado que a soma dos indivíduos não explica o todo.

March e Olsen (2008) mostram que, no comportamentalismo, “as instituições sociais formalmente organizadas passaram a ser retratadas simplesmente como arenas dentro das quais o comportamento político, motivado por fatores mais fundamentais, ocorre”. Peres (2008) mostra que também havia uma crítica ao ecletismo teórico proposto pelos comportamentalistas, que pretendia dialogar com a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Economia. Esse ecletismo teria gerado um problema de quebra de fronteiras disciplinares, onde a Ciência Política acabara absorvida por essas outras ciências, perdendo, assim, sua identidade como uma ciência específica.

Os neo-institucionalistas, assim, voltam a propor a hegemonia e autonomia das instituições na análise política, afirmando que a ação social tem que ser explicadas por meio das instituições, como já mostrava Weber (ANDREWS, 2005).

Foi, no entanto, somente na década de 80 que o focus na importância das instituições aumentou ainda mais. Rothstein (1998) mostra que essa retomada ocorreu em diferentes paradigmas da Ciência Política: os neomarxistas e os acadêmicos envolvidos com a história comparativa mostravam a necessidade de estudar a organização do Estado; aqueles que estudavam a teoria das organizações se voltaram para questões envolvendo cultural organizacional e os estudantes envolvidos na área de relações internacionais começaram a descobrir a importância das regras do jogo.

A virada metodológica que propõe atribuir maior autonomia às instituições surge como um deslocamento de uma proposta analítica determinista que tentava entender as questões políticas como expressão de demandas que surgem das condições econômicas (Skocpol, 1995). Nessa visão, as respostas para as temáticas políticas eram dadas a partir do ponto de vista do desenvolvimento econômico e das classes sociais.

Nesse contexto, o neo-institucionalismo surge trazendo as instituições para o centro da análise, retirando-as da penumbra analítica e percebendo que elas são fatores de constrangimento, restrição e moldagem das ações, de forma que as instituições seriam capazes de estruturar as preferências dos atores. Goodin (1996:17) mostrou que: *The new institutionalism is at root a reminder of the various contextual settings within social action is set.*

A abordagem neo-institucionalista resgata da tradição institucionalista anterior algumas preocupações sem, todavia, deixar de lado a preocupação comportamentalista com a cientificidade. Assim, embora fazendo críticas à exclusão das instituições política e econômicas do paradigma

comportamental, os neo-institucionalistas herdaram desse último o rigor metodológico e a orientação empírica.

#### A Construção do Conceito de Instituições na Rational Choice

O paradigma da escolha racional explica o comportamento político baseado no pressuposto de que as pessoas agem racionalmente para promover ao máximo seus objetivos e de que os atores políticos respeitam as exigências do comportamento racional.

Essa posição da escolha racional surge contrariando as propostas do funcionalismo estrutural - que não dá lugar para os atores nas análises - e do comportamentalismo - que não considera os atores como sendo necessariamente racionais. Tsebelis (1982) aponta que, de fato, a escolha racional não é capaz de explicar todos os fenômenos, mas é a melhor abordagem para situações em que se conhecem os objetivos dos atores e as regras de interação.

De forma geral, os rational choice consideram as instituições como objetos da atividade racional humana, não apenas coerções recebidas de gerações anteriores (TSEBELIS, 1982). Assim, para compreender a construção do conceito de instituição dentro da teoria da escolha racional, é importante definir o pressuposto da racionalidade.

Tsebelis (1982:33) define racionalidade como “uma correspondência ótima entre fins e meios” e define comportamento racional como “um comportamento ótimo voltado para um objetivo” (TSEBELIS, 1982:97).



Baert (1997:3), por sua vez, afirma que racionalidade significa que, “(...) ao agir e interagir, os indivíduos têm planos coerentes e tentam maximizar a satisfação de suas preferências ao mesmo tempo em que minimizar os custos envolvidos”.

Baseado apenas nessa premissa, contudo, era impossível para os adeptos da escolha racional compreender como os indivíduos poderiam colaborar para resolver problemas comuns: não há motivo que poderia explicar como indivíduos que apenas se preocupavam com seus interesses poderiam agir cooperativamente para perseguir interesses de natureza pública. Colocado de tal maneira, esse paradigma não poderia ter validade no campo da Ciência Política, que se preocupa com fenômenos de caráter coletivo.

O clássico dilema do prisioneiro aponta esse paradoxo, ou seja, de que um comportamento individual racional leva a resultados coletivos irracionais. Segundo Ostrom (1997), o dilema abalou a fé de que indivíduos racionais só poderiam produzir resultados racionais.

Olson (1965) reconheceu esse problema, mostrando que é falso o senso-comum de que grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses comuns, em um esforço de cooperação mútua. Ele enfatiza que não é uma sequência lógica da premissa do comportamento racional que os indivíduos de um grupo agirão para atingir determinado objetivo apenas porque é do seu interesse. O autor mostra, pelo contrário, que a ideia de que os indivíduos de um grupo agirão racionalmente de forma a promover seus objetivos individuais, é incoerente com a premissa da racionalidade.

A solução do problema foi atribuída à existência de instituições políticas que dariam diferentes formas de incentivo coletivo para aqueles agentes que cooperassem com os objetivos coletivos (Rothstein, 1998).

Putnam (1993) analisa essa questão em sua pesquisa sobre a Itália. O autor afirma, em um diálogo com os game theorists, que a cooperação é comum na sociedade moderna. Ele aponta o papel fundamental das instituições para isso, enfatizando o papel das instituições formais na redução dos custos de transação para gerar concordância.

Tsebelis (1982), seguindo o mesmo raciocínio, mostra que a abordagem da escolha racional centra-se nas coerções que são impostas aos atores racionais pelas instituições. Portanto, para entender a lógica do comportamento individual no interior de grupos – ou seja, o comportamento coletivo - é preciso reconhecer o peso das instituições, como agentes de imposição de incentivos coletivos e coerção sobre os atores institucionais.

Sobre isso, Olson (1965: 14) aponta:

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais.

Levi (1991) sinaliza que os líderes institucionais procuram meios para criar condescendência e, dessa forma, levar à cooperação. Segundo a autora, a coação e os pagamentos paralelos são os principais meios de indução para levar os indivíduos a seguirem as regras da instituição.

A análise desses autores aponta o papel atribuído às instituições dentro da escolha racional, porém ainda não define o que são instituições.

Tsebelis (1982:51) aponta que a ação individual racional é, dentro desse paradigma, uma adaptação ótima a uma ambiente institucional e, dessa forma, “(...) as instituições predominantes (as regras do jogo) determinam o comportamento dos atores, os quais, por sua vez, produzem resultados políticos e sociais.” Isso significa, necessariamente, que questões históricas, temporais, culturais e raciais não têm lugar no paradigma. Ele procura substituir explicações baseadas nos termos acima pelos objetivos dos atores e das instituições que os produzem.

North (1993), por sua vez, define instituições como estruturas impostas sobre a interação humana pelos próprios seres humanos. As instituições são constituídas basicamente de regras, que podem ser formais e informais. O importante é o reconhecimento de uma característica que é o mesmo para ambos os tipos de regra, que é seu caráter de coação.

Levi (1991) enfatiza a importância de se estabelecer uma relação entre instituição e regra, pois nos permite averiguar o que é uma instituição, não apenas o que ela faz. No entanto, essa definição poderia impedir a diferenciação entre instituição e normas. Impõem-se, portanto, a necessidade de diferenciá-las.

A autora aponta, então, que as instituições possuem um caráter legal e uma estrutura de implementação de decisões. Além disso, as instituições possuem uma equipe de pessoas e uma divisão do trabalho entre elas. As instituições também têm claramente definidas ofensas, penalidades e os atores que têm a responsabilidade de aplicá-las. Finalmente, as instituições regulam os recursos de poder. Levi (1991: 82) aponta: “Regras explícitas e publicizadas e uma hierarquização de pessoal distinguem instituições formais de outros arranjos organizacionais ou de normas, os quais também regulam comportamentos através do uso de incentivos e desincentivos”

Hall e Taylor (2003) afirmam que é necessário entender como a teoria da escolha racional entende a problemática dos interesses e escolhas individuais para que entendamos o conceito de instituição. De acordo com os autores, os indivíduos possuem um conjunto de preferências e se comportam de forma completamente utilitária para maximizar a satisfação dessas preferências. No entanto, afirma Tsebelis, a ação individual é uma adaptação a um ambiente institucional e a interação entre os indivíduos é uma resposta maximizada na relação entre indivíduo e instituições. O autor é categórico em dizer que as instituições determinam o comportamento dos atores.

O institucionalismo da escolha racional, portanto, atribui um caráter externo às instituições, ou seja, elas impõem de fora constrangimentos ao comportamento do atores.

Os teóricos da escolha racional entendem que as instituições constroem o contexto no qual os atores políticos definem suas estratégias e perseguem seus interesses. De acordo com Thelen e Steinmo (1992:7): “(...) the institutions define (or at least constrain) the strategies that political actors adopt in the pursuit of their interest.”

Independentemente da definição usada, contudo, o fundamental é salientar o papel das instituições para resolver os problemas da ação coletiva levantados por Olson (1965).

Os procedimentos metodológicos da rational choice foram objeto de muitas críticas. Souza (2006: 39-40) afirma que os procedimentos metodológicos dessa vertente “(...) são marcados pela simplicidade analítica e pela elegância, no sentido que a matemática dá a essa palavra, e pela parcimônia (...)”

Tsebelis (1998), por sua vez, aponta as vantagens das análises rational choice. Nela, as explicações são postas em termos institucionais e não em termos cognitivos, o que significa que os resultados são entendidos como escolhas deliberadas e não como erro. Se o resultado de um determinado comportamento não foi o previsto, o problema é apontado como sendo a inadequação da teoria e não a erro dos atores, ou seja, a rational choice se recusa a aceitar erros como explicação do comportamento. Dessa forma, os erros, problemas e anomalias não são entendidos como falhas de racionalidade, mas como impacto sistemático dos fatores institucionais.

O autor aponta, contudo, que o viés rational choice não é o único possível dentro da Ciência Política. Há enfoques alternativos também válidos que utilizam atores que não tentam maximizar o alcance de seus interesses ou simplesmente excluem os atores como unidades de análise. Ele reconhece que há fenômenos que não podem ser explicados pela escolha racional, mas, afirma Tsebelis (1998:51): “(...) o que a escolha racional pode explicar o faz extremamente bem, devido à sua parcimônia e clareza teórica”.

## A Construção do Conceito de Instituições no Institucionalismo Histórico

Vimos que o institucionalismo da escolha racional privilegia análises sobre o comportamento racional dos atores sociais para explicar o processo político. Fernandes (2007) mostra que o mesmo ocorre no institucionalismo histórico, embora a ênfase seja distinta. Os institucionalistas históricos procuram entender como a escolha da ação depende mais de uma interpretação da situação do que de uma escolha instrumental. Skocpol (1992) mostra que as experiências com instituições governamentais e com o processo político afetam profundamente a forma como os atores entendem e avaliam as possibilidades dentro de um dado contexto cultural.

Segundo Hall e Taylor (2003) o institucionalismo histórico veio deslocar a análise estrutural-funcionalista - que tomava as características sociais, psicológicas ou culturais dos atores como base para explicar o funcionamento do sistema político -, para uma abordagem que coloca as instituições no centro da análise.

Diferentemente do institucionalismo da escolha racional, os institucionalistas históricos encaram o processo de formação das preferências como um fator endógeno. As análises do institucionalismo histórico costumam afirmar que, na maior parte dos casos, os atores não escolhem as instituições, mas, pelo contrário, as instituições escolhem os indivíduos. (Rothstein, 1998). A explicação dada por esse paradigma é que, em diferentes períodos, atores diferentes com interesses diferentes constituíram instituições a partir do sistema institucional já existente.

No âmbito do institucionalismo histórico, o conceito de instituição designa mais propriamente as instituições formais, que impactam o comportamento dos atores que estão inseridos no sistema político e determinam resultados políticos. Para a pesquisa institucionalista histórica, as instituições importam, mas em uma medida que deve ser determinada pela história.

Thelen e Steinmo (1992), contudo, apontam a dificuldade de estabelecer categoricamente o que são instituições e as polêmicas que essa busca por definições geraram na literatura, mas concluem que instituições são aquilo que modela a forma pela qual os atores políticos modelam seus interesses e que estruturam suas relações de poder com outros grupos. Os autores nos fornecem alguns exemplos de instituições políticas: as regras da competição eleitoral, a estrutura sistema partidário e as relações entre os três poderes do Estado.

Os autores pontuam que, na análise institucionalista histórica, as instituições de fato impõem constrangimentos aos atores, mas elas não são encaradas como a causa única dos resultados políticos. Segundo Thelen e Steinmo (1992: 3):

Institutional analyses do not deny the broad political forces that animate various theories of politics: class structure in Marxism, group dynamics in pluralism. Instead they point to the ways that institutions structure these battles and, in doing so, influences outcomes.

A diferença entre o institucionalismo histórico e o institucionalismo da escolha racional é a tentativa dos primeiros querem ir além dos segundos. Os institucionalistas históricos concordam que as instituições definem a maneira pela qual os atores definem estratégias para a realização de seus interesses, mas é possível ir além. De acordo com Thelen e Steinmo (1992:7-8):

(...) institutions play a much greater role in shaping politics, and political history more generally (...).

(...) people don't stop at every choice they make in their lives and think to themselves 'now what will maximize my self-interest?' Instead, most of us, most of the time, follow societally defined rules, even when doing so may not be directly in our self-interest.

Assim, de acordo com os institucionalistas históricos, não apenas as estratégias, mas também os objetivos que os atores tentam alcançar, são definidos pelas instituições.

Um exemplo fundamental de aplicação do institucionalismo histórico nas análises políticas é o de Skocpol (1995), em sua pesquisa sobre as origens da política social americana. Essa obra pode nos ajudar a compreender o uso do conceito de instituição por essa vertente do institucionalismo, pois aponta

Em primeiro lugar, esse paradigma encara a política como o lugar central da ação. Ainda, as atividades políticas são condicionadas pelas configurações institucionais do governo e pelo sistema político. Skocpol (1992) aponta que as teorias sociais deterministas não haviam percebido que as identidades sociais são influenciadas pelas estruturas e processos políticos. O neo-institucionalismo, então, deslocou a análise e, a partir dele, as identidades, metas e capacidades dos grupos sociais passaram a ser avaliadas pelos efeitos das instituições políticas sobre as mesmas.

A maneira pela qual Skocpol (1995) define Estado nos ajuda a compreender o lugar das instituições dentro do institucionalismo histórico: "Because states are authoritative and resourceful organizations – collectors of revenue, centers of cultural authority, and hoarders of means of coercion – they are sites of autonomous action, not reducible to the demands or preferences of any social group."



A definição da autora aponta a centralidade das instituições política dentro do paradigma, atribuindo-lhes autonomia diante dos grupos sociais. Skocpol (1995:47) mostra que as identidades, os objetivos e as capacidades dos grupos políticos são influenciados pelas instituições políticas e suas normas de procedimento, pois os arranjos institucionais afetam “the capabilities of various group to achieve self-consciousness, organize and make alliances.” Assim, as instituições governamentais, os sistemas partidários e as regras eleitorais atuam sobre os grupos sociais dando acesso e apoio para alguns e, ao mesmo tempo, desencorajando outros. Skocpol (1995:54) afirma: “(...) degrees of success in achieving political goals (...) depend on the relative opportunities that existing political institutions offer to the group or movement in question (...)”

## Conclusão

Há vários trabalhos que podemos apontar para exemplificar o uso do conceito de instituições em pesquisas empíricas.

As pesquisas realizadas por Skocpol (1992 e 1995), como mostramos acima, propõem trazer o Estado e suas relações com a economia e a sociedade para centro da análise, entendendo-o como um ator institucional. Em sua análise as origens e o desenvolvimento da política social norte americana entre 1870 e a segunda década do século XX, a autora aponta a necessidade de se “afiar” as ferramentas analíticas.

Até a década de 70, continua a autora, as pesquisas nessa área tinham girado em torno de duas propostas metodológicas: uma que enfatizava a correlação entre o desenvolvimento de política social e a lógica da industrialização e outra que apontava os valores nacionais como fundamentais para o desenvolvimento de política social.

Na metade da década de 70, as propostas mudam. Agora a atenção estava nos sindicatos e nos partidos com bases trabalhistas. Nesse mesmo período, outros pesquisadores se voltavam para questão da hegemonia empresarial para explicar a política social.

Nos anos 80, as pesquisas começaram a invocar a ideia de dominação patriarcal e feminismo para interpretar o desenvolvimento da política social nos Estados Unidos.

Essas pesquisas, segundo Skocpol, estavam baseadas em pressupostos baseados nas raízes sociais dos processos políticos. Nessa perspectiva, as políticas sociais são vistas como respostas para mudanças em termos socioeconômicos. A autora avança essa análise, propondo a centralidade das instituições políticas para compreender o desenvolvimento das políticas sociais. De acordo com Skocpol (1995:39):

Yet only by taking processes of state formation and patterns of political organization seriously, and noticing that these intersect in varied ways with economic and social transformations, can we break with the progressivist notion of social policies as aspects of societal evolution.

Os estudos de Collier e Collier (1991) também propõem uma análise que privilegia a autonomia das instituições políticas em sua análise dos movimentos trabalhistas na América Latina. Ao invés de se aterem no papel dos trabalhadores e seus líderes na constituição do movimento trabalhista, os autores se focam no papel do Estado em moldar o movimento, privilegiando as estratégias do Estado, que atuou na legalização e institucionalização do movimento. Segundo Collier e Collier (1991:11)

The argument is not that the socioeconomic context of politics is unimportant. Rather it is that the political arena is not simply fluid, constantly responding to socioeconomic change. Instead, because of an autonomous political logic and vested interests, it may be resistant to such change over significant periods of time. Socioeconomic change is important to political outcomes, but the political arena may to some degree follow its own pattern and pace change (...)

O trabalho de Immergut sobre o sistema de seguro de saúde na Europa Ocidental aponta o papel das instituições formais como elementos-chaves para definir as políticas nacionais nesse setor, focando-se em algumas instituições específicas – o referendo, na Suíça; o parlamento na França e a burocracia do Executivo na Suécia. A autora aponta que essas instituições influenciam nos resultados políticos porque elas facilitam ou impedem a entrada de determinados atores no processo político, dando vantagens ou desvantagens para os atores que desejam promover seus interesses.

O rigor empírico dessas análises aponta que, embora a retomada da tradição institucional tenha sido realizada, não o fez sem cientificidade e procedimentos empíricos que faltaram à mesma anteriormente e que o comportamentalismo foi capaz de valorizar.

Esse artigo procurou mostrar como o paradigma neo-institucionalista é de fundamental importância para a agenda de pesquisa dentro da Ciência Política e as contribuições que duas das suas principais vertentes, a escolha racional e o institucionalismo histórico, podem trazer para as análises.

Mostramos que o paradigma da escolha racional privilegia pesquisas focadas nas barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seus próprios interesses. Para isso, os atores fazem cálculos racionais para maximizar a possibilidade de que seus interesses se tornem válidos. Nisso, contudo, são coagidos pelas instituições. O institucionalismo histórico, por sua vez, mostra que a ação racional não se limita apenas aos interesses pessoais, mas alcança outras dimensões, como as percepções subjetivas, suas consequências e a avaliação dos resultados. Dessa forma, o cálculo racional ocorre no interior de um conjunto de regras, papéis, identidades e ideias dentro de um contexto institucional (SOUZA, 2006).

### Bibliografia

- ANDREWS, Christina W. Implicações teóricas do Novo Institucionalismo: uma abordagem habermasiana. *Dados*, 2005, v. 48, n. 2, p. 271-299.
- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 1997, vol.12, no.35.
- COLLIER, Ruth Berins e COLLIER, David. *Shaping the Political Arena*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERNANDES, A.S.A. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Acessado em 20/07/2009.

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ant%F4nio%20S%E9rgio%20Ara%FAjo%20Fernandes.pdf>

- GOODIN, R.E. Institutions and their design. In: R.E. Goodin (Ed.) The theory of institutional design. Cambridge:CambridgeUniversity, 1996.
- SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich (Eds.). Bringing the State Back In. Cambridge University Press, 1992.
- SKOCPOL, Theda. Protecting Soldiers and Mothers. FirstHarvardUniversity Press, 1995.
- THELEN, Kathleen e STEINMO, Sven. Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis. In. Steinmo, S e Thelen, K, et al. (Ed.) Historical Institutionalism in Comparative Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, 2003, no.58, p.193-223.
- IMMERGUT, Ellen M. Health Politics – interests and institutions in Western Europe. Cambridge:CambridgeUniversity Press, 1992.
- IMMERGUT, Ellen; M. ANDERSON, Karen M. e SCHULZE, Isabelle. The handbook of West European Pension Politics. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LEVI, Margaret. Uma Lógica da Mudança Institucional. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 34, n.1, p.79-99, 1991.

- LIPSET, Seymour Martin. O Homem Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
  
- MARCH, James G e OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.31, pp. 121-142.
  
- OLSON, M. The Logic of Collective Action. Cambridge:HarvardUniversity Press, 1985.
  
- OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
  
- PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. Rev. bras. Ci. Soc., Out 2008, vol.23, no.68, p.53-71
  
- PUTNAM, R. Making Democracy Work. Princeton:PrincetonUniversity, 1993.
  
- ROTHSTEIN, Bo. Political Institution: an overview. In: R.E. Goodin e H.-D. Klingemann (Ed.) A New Handbook of Political Science. New York: Oxford University, 1998.
  
- RUBY, Christian. Introdução à Filosofia Política. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
  
- SARTORI, Giovanni. A Política: lógica e método nas Ciências Sociais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

- SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura.” Sociologias número 16. Porto Alegre jul./dez.2006, pp. 20-45.
- TSEBELIS, George. Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Edusp, 1998.
- WEBER, Max. Economy and Society. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. v.1, 1978.

#### Bibliografia

- ANDREWS, Christina W. Implicações teóricas do Novo Institucionalismo: uma abordagem habermasiana. Dados, 2005, v. 48, n. 2, p. 271-299.
- ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. Rev. bras. Ci. Soc., Out 1997, vol.12, no.35.
- COLLIER, Ruth Berins e COLLIER, David. Shaping the Political Arena. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERNANDES, A.S.A. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO

NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Acessado em 20/07/2009.  
<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ant%F4nio%20S%E9r%20gio%20Ara%FAjo%20Fernandes.pdf>

- GOODIN, R.E. Institutions and their design. In: R.E. Goodin (Ed.) The theory of institutional design. Cambridge:CambridgeUniversity, 1996.
- SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich (Eds.). Bringing the State Back In. Cambridge University Press, 1992.
- SKOCPOL, Theda. Protecting Soldiers and Mothers. FirstHarvardUniversity Press, 1995.
- THELEN, Kathleen e STEINMO, Sven. Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis. In. Steinmo, S e Thelen, K, et al. (Ed.) Historical Institutionalism in Comparative Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, 2003, no.58, p.193-223.
- IMMERGUT, Ellen M. Health Politics – interests and institutions in Western Europe. Cambridge:CambridgeUniversity Press, 1992.
- IMMERGUT, Ellen; M. ANDERSON, Karen M. e SCHULZE, Isabelle. The handbook of West European Pension Politics. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LEVI, Margaret. Uma Lógica da Mudança Institucional. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 34, n.1, p.79-99, 1991.



- LIPSET, Seymour Martin. O Homem Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
  
- MARCH, James G e OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.31, pp. 121-142.
  
- OLSON, M. The Logic of Collective Action. Cambridge:HarvardUniversity Press, 1985.
  
- OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
  
- PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. Rev. bras. Ci. Soc., Out 2008, vol.23, no.68, p.53-71
  
- PUTNAM, R. Making Democracy Work. Princeton:PrincetonUniversity, 1993.
  
- ROTHSTEIN, Bo. Political Institution: an overview. In: R.E. Goodin e H.-D. Klingemann (Ed.) A New Handbook of Political Science. New York: Oxford University, 1998.
  
- RUBY, Christian. Introdução à Filosofia Política. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

- SARTORI, Giovanni. A Política: lógica e método nas Ciências Sociais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura.” Sociologias número 16. Porto Alegre jul./dez.2006, pp. 20-45.
- TSEBELIS, George. Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Edusp, 1998.
- WEBER, Max. Economy and Society. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. v.1, 1978.

Adriana Duarte de Souza Carvalho

por ADRIANA DUARTE DE SOUZA CARVALHO - Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Sociologia pela mesma instituição, com pesquisa desenvolvida na área de Constituição e Processo Constituinte, tendo sido bolsista CNPq. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Linha de pesquisa: Instituições Políticas, Processo Decisório e Direitos Sociais.